


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0003967-58.2010.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários**  
 Requerente: **Antonio Aparecido Silva e outros**  
 Requerido: **Banco do Brasil S/A**

 Juiz de Direito: Dr. **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

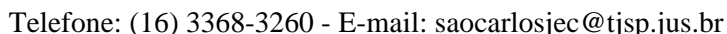
**DECIDO.**

1. Considerando que o presente feito não se enquadra nas situações previstas nas ações que aguardam decisão do Pretório Excelso (cf. Agravo de Instrumento nº 754.745 São Paulo, Recurso Extraordinário nº 591.797 São Paulo e Recurso Extraordinário nº 626.307 São Paulo – não está em fase de execução e já ultrapassou a de instrução), reconsidero o entendimento de mantê-lo suspenso para determinar a retomada de seu curso.

2. Trata-se de ação de cobrança de diferença sobre o(s) saldo(s) de caderneta(s) de poupança que possui natureza repetitiva, de modo que em face da existência de centenas de feitos semelhantes em curso neste Juízo a presente sentença concerne a todos os processos que se enquadram nessa mesma situação.

A matéria posta encontra-se pacificada no âmbito do Colendo Colégio Recursal local através dos seguintes enunciados:

**0003967-58.2010.8.26.0566 - lauda 1**



**0003967-58.2010.8.26.0566 - lauda 2**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL**

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

A esse propósito, destaco que toca à parte autora provar que há relação jurídica com o réu, consubstanciada na existência da caderneta de poupança.

Eventual ausência de extrato pertinente ao período questionado não afeta aquele aspecto porque, por força da regra do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil, bem como em decorrência da inversão do ônus da prova que promana do Código de Defesa do Consumidor, incumbirá ao réu trazê-lo, inclusive sob as penas do art. 359 do diploma legal de início mencionado.

5. No que concerne ao denominado Plano Collor II, o índice de reposição a ser observado é o de **21,87% em fevereiro de 1991**, consoante manifestações do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo lastreadas em precedentes do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

*“Planos Collor I e II - Jurisprudência consolidada no âmbito do STJ, Corte a que cabe dar a última palavra em termos de aplicação uniforme da legislação federal no território nacional - Direito do poupador/interessado, segundo tal entendimento, ao índice de 84,32%, 44,80% e 7,87%, nos meses de março, abril, maio de 1990 (Plano Collor I IPC) e 21,87% no mês de fevereiro de 1991 (Plano Collor II)”* (TJ-SP, 19ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 0120590-51.2010.8.26.0100, rel. Des. **RICARDO PESSOA DE MELLO BELLI**, j. 04/03/2013 – grifei).

*“Correção monetária - Depósito judicial - Correção atrelada à remuneração das cadernetas de poupança - Plano Collor I e II - Índice aplicável para os meses de março, abril e maio de 1990, de 84,32%, 44,80% e 7,87%, respectivamente, e 21,87% para março de 1991 - Precedentes do STJ. Para os depósitos judiciais, cuja correção monetária estava atrelada à remuneração das cadernetas de poupança no período de março, abril e maio de 1990 e março de 1991, são aplicáveis os índices respectivamente de 84,32%, 44,80%, 7,87% e 21,87%, conforme precedentes do STJ”* (TJ-SP, 17ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 0026370-07.2009.8.26.0000, rel. Des. **NELSON JORGE JÚNIOR**, j. 27/02/2013 – grifei).

6. Ressalvo, outrossim, que incidirão juros contratuais e moratórios cumulativamente, em face da diversidade de seu fundamento: enquanto os primeiros têm caráter remuneratório, os segundos constituem indenização pelo retardamento na execução da obrigação.

7. Por último, anoto que a sentença não é ilíquida, pois simples cálculo (art. 475-B do CPC) identificará a real dimensão do crédito dos autores, tarefa que não se confunde com liquidação por arbitramento ou artigos.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a presente ação para condenar o réu a pagar ao(à) autor(a) a importância reclamada na inicial, relativa à diferença entre o valor creditado a título de correção monetária e aquele que deveria ter sido pago, considerando os índices especificados na fundamentação desta e de acordo com o período reclamado (**cf. Enunciado nº 4 do Colendo Colégio Recursal local e item 5 da presente**).

Sobre a diferença apurada incidirão em seguida



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

correção monetária pelos mesmos índices aplicáveis às cadernetas de poupança até a data do ajuizamento da ação e, depois, pelos índices da Tabela Prática do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cumulativamente com os juros contratuais ou compensatórios, de forma capitalizada, além de juros moratórios, estes a partir da citação.

Transitada em julgado, o(a) autor(a) terá o prazo de **trinta dias** para que seja dado início a fase de cumprimento do julgado, **destruindo-se os autos de acordo com o Provimento CSM nº 1.670/2009 em caso de silêncio.**

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 05 de novembro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**